

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CS
N.º Único 634431
Entrada/Cont. n.º 3/3 Data 20/05/19



GRUPO PARLAMENTAR

Exm.º Senhor

Presidente da Comissão de Saúde

M. I. Deputado José de Matos Rosa

ASSUNTO: *não administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos hospitais do SNS.*

Na sequência de ter sido aprovado, pela Comissão Europeia, no final de 2014, um medicamento hospitalar inovador para o tratamento da Hepatite C, o anterior Governo pôs em execução, logo no início de 2015, um plano de investimento de cerca de 100 milhões de euros (20 milhões por ano), com vista a erradicar essa gravíssima doença do nosso País.

A ambiciosa abordagem que o anterior Governo assumiu na luta contra a Hepatite C – a qual permitiu, ainda no final de 2015, ter já em tratamento cerca de cinco mil doentes –, levou a que o nosso País fosse citado internacionalmente, também em conferências da especialidade, como um exemplo de bom acordo para o tratamento da referida doença.

Com efeito, o Ministério da Saúde criou, ainda nesse ano, um mecanismo de financiamento centralizado, o qual permitiu diminuir a distorção na relação entre as necessidades e a oferta, passando aliás a utilizar-se o inovador conceito de *doente curado*.

Esse financiamento era assegurado pela Administração Central do Sistema de Saúde, mas, desde 2018, o modelo de contratualização foi alterado, passando os pagamentos a ser efetuados pelas administrações hospitalares, o que, devido às dificuldades financeiras que estes consabidamente têm enfrentado, teve como consequência o atraso no acesso à medicação contra a Hepatite C, tornando a situação nos hospitais do SNS muito preocupante.

Assim, em março passado, Luís Mendão, presidente do Grupo de Ativistas em Tratamentos, referia que *“Em Setúbal não há ninguém que consiga iniciar tratamento em menos de um ano, o que leva a que metade das pessoas com Hepatite C desistam antes de se tratarem”*.



GRUPO PARLAMENTAR

Igualmente o Professor Guilherme Macedo, diretor do serviço de Gastrenterologia do Centro Hospitalar de São João (CHSJ), reconheceu, há pouco mais de um mês, que, *“No meu hospital a espera média é de cerca de seis meses”,* considerando *“uma verdadeira vergonha nacional (...) Se Portugal falhar o compromisso que assumiu com a Organização Mundial de Saúde de reduzir a incidência do vírus da hepatite C em 90% e a mortalidade associada em 65% até 2030”.*

Ainda esta semana a Presidente da Direção da Associação SOS Hepatites, Emilia Rodrigues, veio denunciar que *“Os únicos hospitais que estão a dar tratamentos em 15 dias a um mês são o Santa Maria e o Egas Moniz. Temos atrasos em todos os hospitais do país. Os doentes estão a esperar entre quatro meses a um ano”.*

É certo que, perante as referidas denúncias, a Diretora do Programa Nacional para as Hepatites Virais (PNHV), Dr.ª Isabel Aldir, veio pretender que, *“Em média, desde que o médico faz o pedido até ao doente iniciar tratamento, decorrem dois meses”.*

Facto é, no entanto, que a situação piorou reconhecidamente no último ano e meio, com as inerentes e graves consequências que tal acarreta para os doentes com Hepatite C, estando o País a por ainda em causa a estratégia para a eliminação da hepatite C antes de 2030, conforme preconizado pela OMS.

Nestes termos, a fim de obter esclarecimentos sobre os atrasos que se estão a verificar na administração de tratamentos para doentes com Hepatite C nos hospitais do SNS, o Grupo Parlamentar do PSD vem requerer a presença, na Comissão de Saúde, com a maior brevidade possível, da Ministra da Saúde, da Diretora do PNDV, Dr.ª Isabel Aldir, do Professor Guilherme Macedo (CHSJ), de Emilia Rodrigues (SOS Hepatites) e de Luís Mendão (GAT).

Palácio de S. Bento, 17 de maio de 2019,

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD,

Adão Silva

Ricardo Baptista Leite

Luís Vales